



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Fls.: 109

Proc.:4227/10

Rubrica

Processo nº: 4.227/10 (Anexos I a IV, Anexo V – 2 volumes, Anexos VI e VII, Anexo VIII – 7 volumes)

Origem: Região Administrativa XX – Águas Claras

Assunto: Representação

Ementa: Representação nº 01/10 oferecida pela Procuradora-Geral do MPJTCDF acerca de possíveis irregularidades verificadas na Região Administrativa XX – Águas Claras, na contratação de obras mediante convite e tomada de preços. Realização de inspeção. A Inspeção sugere a audiência dos responsáveis, o encaminhamento de orientação à jurisdicionada, comunicação dos fatos ao Secretário de Estado de Governo e o envio de cópia dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT. O Ministério Público opina pelo acolhimento das proposições do corpo técnico, com acréscimo no sentido de se determinar a suspensão dos contratos em execução. VOTO de acordo com a Instrução. DECLARAÇÃO DE VOTO, acompanhando a sugestão do *Parquet*. VOTO DE VISTA, acompanhando a sugestão do *Parquet*, com acréscimo.

Relator original: Conselheiro-Substituto José Roberto de Paiva Martins

Declaração de Voto: Conselheiro Antonio Renato Alves Rainha

Parecer do MP: Procuradora-Geral Márcia Ferreira Cunha Farias

Sessão: 08.06.10

VOTO DE VISTA

Versam os autos sobre a Representação nº 1/10, datada de 22.01.10, com pedido de liminar, oferecida pela Procuradora-Geral do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas (MPJTCDF), Drª Márcia Ferreira Cunha Farias, acerca de possíveis irregularidades verificadas em certames promovidos pela na Região Administrativa XX – Águas Claras, para a contratação de obras mediante os seguintes procedimentos licitatórios: Convites nºs 01/09 a 07/09 e Tomada de Preços nº 01/09.

Na Sessão Ordinária nº 4.344, realizada em 25.05.10, pedi vista¹ dos autos para inteirar-me da matéria nele tratada.

¹ Decisão nº 2.622/10: “Havendo o Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO pedido vista do processo, foi adiado o julgamento da matéria nele constante. O Conselheiro RENATO RAINHA apresentou declaração de voto, elaborada em conformidade com o art. 71 do RI/TCDF.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Fls.: 110

Proc.:4227/10

Rubrica

A Divisão de Acompanhamento da 1ª ICE, após realização da inspeção determinada por meio² do item II da Decisão nº 266/10 (fl. 19), sugeriu ao Tribunal, mediante a Informação nº 46/10 (fls. 60/71), a adoção das seguintes providências (fls. 70/71):

I. tome conhecimento do presente Informação;

II. determine à Corregedoria-Geral do DF que:

a) promova a audiência, ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 87, c/c o art. 88, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93, das empresas listadas no parágrafo 30 da Informação;

b) oriente a Administração Regional de Águas Claras – RA XX para que, adotando as devidas cautelas quanto à qualidade das obras, proceda ao seu recebimento, promovendo a competente liquidação da despesa;

c) informe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca do resultado das providências adotadas;

III. determine a audiência dos servidores nomeados nos parágrafos 34 e 35 da Informação, para que apresentem justificativas, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca das irregularidades verificadas nos autos, uma vez que estão sujeitos às sanções previstas nos arts. 57, inciso II, e 60 da Lei Complementar nº 01/94, c/c o arts. 182, inciso I, e 183 do Regimento Interno do TCDF;

IV. autorize:

a) o envio de cópias da Informação e dos documentos de fls. 24 a 59 à Administração Regional de Águas Claras, à Secretaria de Estado de Governo, órgão ao qual se encontram vinculadas as RAs, e à Corregedoria-Geral do DF (para subsidiar o cumprimento desta decisão), ante a prerrogativa inserta no art. 87, § 3º, da Lei nº 8.666/93, em face da possibilidade de aplicação da medida prevista no art. 87, inciso IV, do mencionado diploma legal;

b) em razão do disposto no art. 185 do Regimento Interno do TCDF, a remessa de cópia dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal (MPDFT), por intermédio do parquet que atua junto ao Tribunal;

c) o retorno dos autos à 1ª ICE.”

O MPJTCDF, mediante o Parecer nº 395/2010-MF (fls. 74/77), concordou com o órgão técnico, à exceção do entendimento quanto à não

² “II. autorizar, com fulcro no artigo 121, inciso II, do Regimento Interno desta Corte, a realização de inspeção, no prazo de 15 dias, na Administração Regional de Águas Claras com vistas à apuração dos fatos denunciados pelo Ministério Público junto à Corte relativos aos certames a seguir relacionados: Convite nº 01/2009 (Processo nº 300.000.706/2008) - Pesquisa referente a Nota de Empenho vista às fls. 5 no valor de R\$ 146.894,07; Convite nº 02/2009 (Processo nº 300.000.707/2008) - Pesquisa referente a Nota de Empenho vista às fls. 5 no valor de R\$ 147.324,99; Convite nº 03/2009 (Processo nº 300.000.709/2008) - Pesquisa referente a Nota de Empenho vista às fls. 6/7 no valor de R\$ 146.458,43; Convite nº 04/2009 (Processo nº 300.000.708/2008) - Pesquisa referente a Nota de Empenho vista às fls. 7 no valor de R\$ 146.387,03; Convite nº 05/2009 (Processo nº 300.000.710/2008) - Pesquisa referente a Nota de Empenho vista às fls. 6 no valor de R\$ 141.690,71; Convite nº 06/2009 (Processo nº 300.000.711/2008) - Pesquisa referente a Nota de Empenho vista às fls. 5 no valor de R\$ 146.567,53; Convite nº 07/2009 (Processo nº 300.000.713/2008) - Pesquisa referente a Nota de Empenho vista às fls. 6 no valor de R\$ 146.908,98; Tomada de Preços nº 01/2009 (Processo nº 300.000.354/2008) - Pesquisa referente a Nota de Empenho fls. 8/9 nos valores de R\$ 124.000,00 (Memorial Construtora Incorporada Ltda.), R\$ 380.332,67 (Engeforte Incorporações Ltda.), R\$ 390.121,01 (Engeforte Incorporações Ltda.) e R\$ 442.340,45 (Engeforte Incorporações Ltda.);”



necessidade de serem suspensos os contratos em execução. Nesse sentido, sugeriu que esta Corte de Contas deliberasse nos seguintes termos:

“I. tomar conhecimento da Informação nº 46/2010, referente à inspeção de que trata o item II da Decisão nº 266/2010;

II. determinar à Administração Regional de Águas Claras, até deliberação ulterior desta Corte, a imediata suspensão da execução das obras e da realização de quaisquer pagamentos, caso ainda estejam pendentes, relativos aos seguintes procedimentos licitatórios: Convite n.º 01/09 (Processo nº 300.000.706/09); Convite n.º 02/09 (Processo n.º 300.000.707/09); Convite n.º 03/09 (Processo n.º 300.000.709/09); Convite n.º 04/09 (Processo n.º 300.000.708/09); Convite nº 05/09 (Processo n.º 300.000.710/09); Convite n.º 06/09 (Processo n.º 300.000.711/09); Convite nº 07/09 (Processo n.º 300.000.713/09) e Tomada de Preços n.º 01/09 (Processo n.º 300.000.354/09);

III. determinar à Corregedoria Geral do DF que:

a) promova a audiência das empresas listadas no parágrafo 30 da Informação, ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 87, c/c o art. 88, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93;

b) informe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca do resultado das providências adotadas;

IV. determinar a audiência dos servidores nomeados nos parágrafos 34 e 35 da Informação, para que apresentem justificativas, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca das irregularidades verificadas nos autos, uma vez que estão sujeitos às sanções previstas nos arts. 57, inciso II, e 60 da Lei Complementar nº 01/94, c/c o arts. 182, inciso I, e 183 do Regimento Interno do TCDF;

V. oferecer às empresas indicadas no parágrafo 30 da Informação nº 46/2010 (fl. 67) oportunidade de se manifestarem;

VI. autorizar:

a) o envio de cópias da Informação e dos documentos de fls. 24 a 59 à Administração Regional de Águas Claras, à Secretaria de Estado de Governo, órgão ao qual se encontram vinculadas as RAs, e à Corregedoria-Geral do DF (para subsidiar o cumprimento desta decisão), ante a prerrogativa inserta no art. 87, § 3º, da Lei nº 8.666/93, em face da possibilidade de aplicação da medida prevista no art. 87, inciso IV, do mencionado diploma legal;

b) em razão do disposto no art. 185 do Regimento Interno do TCDF, a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (3ª Promotoria de Justiça e Defesa do Patrimônio Público e Social – PRODEP – PI n.º 08190.017601/09-11) e à Polícia Civil do Distrito Federal (Divisão Especial de Repressão aos Crimes Contra a Administração Pública – DECAP/PCDF – Inquérito Policial n.º 05/09), por intermédio do parquet que atua junto ao Tribunal;

c) o retorno dos autos à 1ª ICE.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Diante das ponderações levantadas pela Inspeção e pelo *Parquet*, o ilustre Conselheiro-Substituto José Roberto de Paiva Martins, Relator destes autos, elaborou seu Relatório e votou nos termos sugeridos pela 1ª ICE (fls. 78/96).

O nobre Conselheiro Renato Rainha, durante a SO nº 4.344, apresentou Declaração de Voto (fls. 97/107), amparado no art. 71 do RI/TCDF, tendo votado da seguinte forma:

I - tome conhecimento da Informação nº 46/2010, referente à inspeção de que trata o item II da Decisão nº 266/2010;

II - determine à Administração Regional de Águas Claras, até deliberação ulterior desta Corte, a imediata suspensão da execução das obras e da realização de quaisquer pagamentos, caso ainda estejam pendentes, relativos aos seguintes procedimentos licitatórios: Convite nº 01/09 (Processo nº 300.000.706/2009); Convite nº 02/09 (Processo nº 300.000.707/2009); Convite nº 03/09 (Processo nº 300.000.709/2009); Convite nº 04/09 (Processo nº 300.000.708/2009); Convite nº 05/09 (Processo nº 300.000.710/2009); Convite nº 06/09 (Processo nº 300.000.711/2009); Convite nº 07/09 (Processo nº 300.000.713/2009) e Tomada de Preços nº 01/09 (Processo nº 300.000.354/2009);

III - determine à Corregedoria-Geral do Distrito Federal que:

a) promova a audiência das empresas listadas no parágrafo 30 da Informação de fls. 60/71, ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 87 c/c o art. 88, incisos II e III, da Lei nº 8.666/1993;

b) informe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca do resultado das providências adotadas;

IV - determine a audiência dos servidores nomeados nos parágrafos 34 e 35 daquela Informação, para que apresentem justificativas, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca das irregularidades verificadas nos autos, uma vez que estão sujeitos às sanções previstas nos arts. 57, inciso II, e 60 da Lei Complementar nº 01/1994 c/c o arts. 182, inciso I, e 183 do Regimento Interno do TCDF;

V - ofereça às empresas indicadas no parágrafo 30 da Informação nº 46/2010 (fl. 67) oportunidade de se manifestarem;

VI - autorize:

a) o envio de cópias da Informação e dos documentos de fls. 24 a 59 à Administração Regional de Águas Claras, à Secretaria de Estado de Governo, órgão ao qual se encontram vinculadas as RAs, e à Corregedoria-Geral do DF (para subsidiar o cumprimento desta decisão), ante a prerrogativa inserta no art. 87, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, em face da possibilidade de aplicação da medida prevista no art. 87, inciso IV, do mencionado diploma legal;

b) em razão do disposto no art. 185 do Regimento Interno do TCDF, a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (3ª Promotoria de Justiça e Defesa do Patrimônio Público e Social – PRODEP – PI nº 08190.017601/09-11) e à Polícia Civil do Distrito Federal (Divisão Especial de Repressão



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Fls.: 113

Proc.:4227/10

Rubrica

aos Crimes Contra a Administração Pública – DECAP/PCDF – Inquérito Policial nº 05/09), por intermédio do Parquet que atua junto ao Tribunal;

c) o retorno dos autos à 1ª ICE.”

Quando da realização da sessão em que pedi vistas destes autos, já tinha por correta a necessidade de realização das audiências sugeridas pelo corpo técnico, as quais mereceram a concordância do *Parquet* e do ilustre Conselheiro-Substituto. Tenho que todas as situações apontadas pela 1ª ICE/Acomp acerca dos procedimentos licitatórios em tela ensejam a adoção das medidas cabíveis.

Nesse sentido, entendo que a Corregedoria-Geral deve chamar em audiência as empresas listadas³ no § 30 da Informação nº 046/2010 (fls. 66/67), ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas⁴ no art. 87 c/c o art. 88, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93.

Também deve esta Corte chamar em audiência os servidores⁵ nomeados nos §§ 34/35 da mesma instrução (fl. 68), para que apresentem razões de justificativas acerca das irregularidades verificadas nos autos, uma vez que estão sujeitos às sanções previstas⁶ nos arts. 57, inciso II, e 60 da Lei Complementar nº 01/94 c/c o arts. 182, inciso I, e 183 do Regimento Interno do TCDF.

³ Skala Construtora Ltda.; Memorial Construtora e Incorporadora Ltda.; MHS Empreendimentos Const. e Inc. Ltda.; D&M Construtora Ltda.; Construtora Moura Ltda.; Dan Engenharia e Consultoria Ltda.; ACS Engenharia Ltda.; WEG Empreendimentos de Obras Civis Ltda.; BR Construções Ltda.; MG Construtora Ltda.; Mandala Ind. e Com. de Pré-Moldados Ltda.; DLM Construtora Ltda.; MultWork Construtora Ltda.; Memorial Construtora Inc. Ltda.; Engeforte Incorporações Ltda.; Ciclo Engenharia e Sistemas Ltda.; Construtora Engeforte Ltda.; e Residence Engenharia Ltda.

⁴ Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação. (Vide art 109 inciso III)

Art. 88. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

⁵ Srs. Cláudio Herrera dos Passos (Presidente da CPL); Divino Maurício Dias (Membro da CPL); Cláudinéia Borges de Jesus (Membro da CPL); Afrânio Moraes Cruz (Secretário da CPL); Manoel Ninaut Filho (Chefe da Assessoria Técnica); e Athayde Passos da Hora (Administrador Regional).

⁶ Lei Complementar nº 01, de 09 de maio de 1994:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Naquele momento, a minha dúvida pairava sobre a ação a ser adotada por este Tribunal quanto à execução dos serviços pendentes, bem como dos pagamentos que ainda não tivessem sido realizados, relativos aos contratos firmados em decorrência das aludidas licitações (Convites nºs 01/2009 a 07/2009 e Tomada de Preços nº 01/2009).

Antes de participar da Sessão de 25.05.10, verifiquei, junto ao Siscoex⁷, as Notas de Empenho (NEs) geradas em decorrência dos ajustes pactuados. Ao inserir, no Sistema, os dados referentes à UG (Unidade Gestora) nº 190122, relativa à Região Administrativa de Águas Claras (RA XX), o ano de 2009 e a modalidade de licitação convite, constatei a existência⁸ de 7 (sete) Notas de Empenho, sendo, todas elas, relacionadas aos Convites nºs 01/2009 a 07/2009. Para obtenção das NEs referentes⁹ à Tomada de Preços nº 01/2009 (Lotes 1 a 4), utilizei como referência o texto "TP 001/2009".

Compulsando, agora, o feito, constatei que a relação de todas as NEs citadas já haviam sido juntadas aos autos pelo nobre *Parquet*, quando da Representação nº 01/2010 (fls. 05/09).

Ao analisar as 11 (onze) Notas de Empenho pesquisadas no Siscoex, que, somadas, alcançam a quantia de R\$ 2.359.025,87 (essa quantia

Art. 57. O Tribunal poderá aplicar multa de até 100 UPDFs ou o equivalente em outro indexador que venha a ser adotado pelo Distrito Federal, para fins fiscais, aos responsáveis por:

.....
 II - ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

.....
 Art. 60. Sem prejuízo das sanções previstas na Seção anterior e das penalidades administrativas, aplicáveis pelas autoridades competentes, por irregularidades constatadas pelo Tribunal de Contas, sempre que este, por maioria absoluta de seus membros, considerar grave a infração cometida, o responsável ficará inabilitado, por um período que variará de cinco a oito anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal.

Regimento Interno do TCDF, de 30 de outubro de 1990:

Art. 182. O Tribunal poderá aplicar multa de até R\$12.536,00 (doze mil, quinhentos e trinta e seis reais), observada a seguinte graduação, a ser calculada com base nessa quantia, aos responsáveis por: (...)

I – ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial: entre cinco e cinquenta por cento;

.....
 Art. 183. Aos responsáveis cujas contas forem julgadas irregulares poderá o Tribunal, por maioria de cinco sétimos de seus membros, aplicar, cumulativamente com as demais sanções, a de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a cinco anos, bem como, no caso de servidor, promover junto à Administração a aplicação da pena de demissão, na forma da lei.

⁷ Sistema de Controle Externo, acessível na Intranet do TCDF.

⁸ Convite nº 01/2009 – Contrato nº 20/2009 – Nota de Empenho 2009NE00183 – R\$ 146.894,07;
 Convite nº 02/2009 – Contrato nº 22/2009 – Nota de Empenho 2009NE00179 – R\$ 147.324,99;
 Convite nº 03/2009 – Contrato nº 24/2009 – Nota de Empenho 2009NE00190 – R\$ 146.458,43;
 Convite nº 04/2009 – Contrato nº 26/2009 – Nota de Empenho 2009NE00192 – R\$ 146.387,03;
 Convite nº 05/2009 – Contrato nº 21/2009 – Nota de Empenho 2009NE00185 – R\$ 141.690,71;
 Convite nº 06/2009 – Contrato nº 23/2009 – Nota de Empenho 2009NE00182 – R\$ 146.567,53;
 Convite nº 07/2009 – Não firmou contrato – Nota de Empenho 2009NE00188 – R\$ 146.908,98.

⁹ TP nº 01/2009 (Lote 1) – Contrato nº 16/2009 – Nota de Empenho 2009NE00169 – R\$ 124.000,00;
 TP nº 01/2009 (Lote 2) – Contrato nº 17/2009 – Nota de Empenho 2009NE00170 – R\$ 380.332,67;
 TP nº 01/2009 (Lote 3) – Contrato nº 18/2009 – Nota de Empenho 2009NE00171 – R\$ 390.121,01;
 TP nº 01/2009 (Lote 4) – Contrato nº 19/2009 – Nota de Empenho 2009NE00172 – R\$ 442.340,45.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

exigiria a utilização de concorrência para licitação das obras em tela), verifiquei que todas elas foram contabilizadas, em 2010, como “*Restos a pagar não processados*”. Além disso, constatei que não foi gerada Ordem Bancária (OB) alguma para as NEs pesquisadas.

Com o intuito de corroborar tal situação, utilizei o Sistema Integrado de Gestão Governamental (Siggo), que também não retornou qualquer informação relacionada a pagamentos no âmbito dos contratos em tela. Apesar disso, em sentido contrário, o corpo técnico afirmou que (fl. 70):

“41. (...) já houve pagamento da primeira parcela dos serviços contratados, estando a segunda parcela já em processamento, tendo as empresas emitido as correspondentes notas fiscais.”

Observo que os anexos juntados aos autos (cópias dos processos de licitação) realmente possuem Notas Fiscais relacionadas aos contratos em tela. Porém, não me sinto convencido que os valores então medidos e encaminhados para pagamento pela Administração Regional de Águas Claras, tendo por base os documentos fiscais protocolados pelas empresas contratadas, já tenham sido efetivamente quitados, uma vez que não constatei a existência de documentos que comprovem a emissão das respectivas Ordens Bancárias necessárias (independentemente da Unidade Gestora considerada).

Ao resumir os dados apresentados nas planilhas elaboradas pelo Auditor de Controle Externo responsável pela instrução do feito (fls. 24/59), verifico que as empresas contratadas somente mediram, até 25.02.10 (momento em que os documentos foram entregues pela jurisdição), R\$ 504.645,83 (quantia decorrente da soma das Notas Fiscais disponibilizadas pelas firmas), conforme detalhado na tabela a seguir.

LICITAÇÃO	CONTRATO	EMPRESA VENCEDORA	VALOR (R\$)			PERCENTUAL MEDIDO (%)
			LICITADO	CONTRATADO	MEDIDO (NOTA FISCAL)	
Convite 01/2009	20/2009	MHS Empreendimentos Const. e Inc. Ltda.	149.884,58	146.894,07	99.753,05	67,9%
Convite 02/2009	22/2009	ACS Engenharia Ltda.	149.553,84	147.324,99	52.501,08	35,6%
Convite 03/2009	24/2009	MG Construtora Ltda.	148.693,17	146.458,43	94.163,97	64,3%
Convite 04/2009	26/2009	BR Construções Ltda.	148.919,79	146.387,03	93.897,03	64,1%
Convite 05/2009	21/2009	Construtora Moura Ltda.	143.959,88	141.690,71	0,00	0,0%
Convite 06/2009	23/2009	Memorial Construtora e Incorporadora Ltda.	148.419,13	146.567,53	99.918,40	68,2%
Convite 07/2009	---	Ciclo Engenharia e Sistemas Ltda.	148.475,22	146.908,98	0,00	0,0%
TP 01/2009 (Lotes 1 a 4)	16/2009	Memorial Construtora e Incorporadora Ltda.	1.352.413,00	124.000,00	64.412,30	51,9%
	17/2009	Engeforte Incorporações Ltda.		380.332,67		
	18/2009			390.121,01		
	19/2009			442.340,45		
TOTAL			2.390.318,61	2.359.025,87	504.645,83	21,4%

Mesmo que o montante medido já tenha sido pago pela RA XX às empresas contratadas, situação que estaria em discordância com as informações atualizadas e disponibilizadas pelas ferramentas computacionais Siscoex e Siggo, verifico que, em fevereiro de 2010, somente 21,4% do valor total pactuado em todos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Fls.: 116

Proc.:4227/10

Rubrica

os ajustes haviam sido medidos. Ou seja, ainda faltava, àquela época, a execução/medição de serviços que totalizavam R\$ 1.854.380,04.

Estou ciente de que os contratos firmados foram pactuados com prazo de execução de 60 ou 90 dias, o que, em um primeiro momento, poderia levar a crer que, no momento atual, todas as obras já teriam sido completamente executadas ou que estariam em vias de ser concluídas.

Porém, novamente considerando as informações disponíveis nos sistemas informatizados pesquisados, além de lembrar que boa parte das obras contratadas pelo Governo do Distrito Federal não são concluídas dentro do prazo fixado inicialmente, sendo necessário prorrogar o período de execução, penso que as obras ainda não foram finalizadas, restando ainda, boa parte dos serviços contratados a serem realizados.

Somadas a esses indícios de impropriedades na execução e nos pagamentos desses contratos pactuados pela RA XX, outras ilegalidades e irregularidades levantadas pelo corpo técnico apontam para restrição ao caráter competitivo da licitação, descumprimento dos ditames previstos nos editais e, em especial, fracionamento irregular de licitação, com flagrante desrespeito à Lei nº 8.666/93:

- indícios de comunicação entre as licitantes, bem assim entre estes e a RA XX, no sentido de desvirtuar os objetivos do processo licitatório;
- descumprimento de inúmeros itens previstos nos editais, por parte das licitantes, fato que acarretaria a desclassificação da proposta da respectiva empresa;
- validação das propostas que deveriam ser desclassificadas pela Comissão de Licitação, indicando omissão por parte da comissão julgadora ao ratificar procedimentos eivados de vícios;
- contratação de licitantes que apresentaram, em suas propostas de preços, valores unitários superiores aos estimados pela Administração e tidos como limites máximos;
- fracionamento irregular de licitação de mesma natureza.

Cabe ressaltar que tais impropriedades foram retratadas pelo MPJTCDF, mediante pronunciamento da douta Procuradora-Geral, Márcia Farias, pelo nobre Conselheiro-Substituto Paiva Martins, Relator do processo, bem como pelo ilustre Conselheiro Renato Rainha em sua Declaração de Voto.

Como todas essas ilegalidades e irregularidades evidenciam a possibilidade de dano ao erário e a consequente lesão irreparável caso se dê continuidade às contratações que podem estar impregnadas de vícios — em especial quanto ao fracionamento do objeto e à realização de pagamentos com preços elevados e por serviços cuja efetiva realização não está devidamente comprovada, o que caracteriza o **fumus boni iuris** —, entendo necessária a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Fls.: 117

Proc.:4227/10

Rubrica

atuação imediata e preventiva desta Corte no sentido de impedir ou minimizar os prejuízos que porventura ocorram (*periculum in mora*).

Assim sendo, uma vez que os elementos necessários para a expedição de uma medida cautelar foram devidamente observados (**fumaça do bom direito e perigo da demora**), considero ser prudente e necessário determinar, com base no art. 45 da Lei Complementar nº 01/94 c/c art. 198 do Regimento Interno do TCDF¹⁰, ao Administrador Regional de Águas Claras, *ad cautelam*, a imediata suspensão de quaisquer pagamentos que ainda estejam pendentes relativos aos procedimentos licitatórios em tela até ulterior deliberação desta Corte.

Além disso, também considero necessário determinar ao Administrador da RA XX que suspenda cautelarmente a execução de todos os contratos que ainda não tenham sido finalizados até posterior pronunciamento deste Tribunal.

A fim de reforçar minhas sugestões, lembro que, no ano de 2008, a Região Administrativa de Águas Claras, ao tentar contratar diversas obras fracionadas, mediante convites (situação praticamente idêntica à vivenciada nestes autos), realizou as mesmas irregularidades agora apontadas pela ICE.

Naquela época, o Tribunal, pelo item II da Decisão nº 668/09, prolatada em 17.02.09 no Processo nº 986/09, determinou àquela Administração Regional que se abstinisse, “(...) *até deliberação ulterior desta Corte, de realizar quaisquer pagamentos, caso ainda estejam pendentes, relativos aos seguintes procedimentos licitatórios anulados pela Jurisdicionada (...)*”.

Quanto à competência deste Tribunal para suspender pagamentos de contratos já firmados, forçoso é reconhecer que, no caso presente, se aplicam as normas do art. 78 da Lei Orgânica do DF, que prescreve:

“Art. 78. O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:

(...)

X - assinar prazo que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, verificada a ilegalidade;

¹⁰ Lei Complementar nº 01/94:

Art. 45: Verificada a ilegalidade de ato ou contrato, o Tribunal, na forma estabelecida no Regimento Interno, assinará prazo para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, fazendo indicação expressa dos dispositivos a serem observados.

§ 1º No caso de ato administrativo, o Tribunal, se não atendido:

I - sustará a execução do ato impugnado;

II - comunicará a decisão à Câmara Legislativa;

III - aplicará ao responsável a multa prevista no inciso II do art. 57 desta Lei.

§ 2º No caso de contrato, o Tribunal, se não atendido, comunicará o fato à Câmara Legislativa, a quem compete adotar o ato de sustação e solicitar, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.

§ 3º Se a Câmara Legislativa ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito da sustação do contrato.

Regimento Interno do TCDF:

Art. 198. O Relator poderá submeter ao Tribunal medida cautelar necessária à proteção do erário ou patrimônio público, no caso de possibilidade de dano de incerta reparação, ou, ainda, destinada a garantir a eficácia da ulterior decisão do feito.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Fls.: 118

Proc.:4227/10

Rubrica

XI - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara Legislativa;

(...)

§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Câmara Legislativa, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º Se a Câmara Legislativa ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá da questão.”

Nos termos da LODF, portanto, muito embora à Câmara Legislativa seja atribuída competência para a sustação de contratos, por outro lado, a teor do inciso X do art. 78, acima reproduzido, o Tribunal de Contas poderá determinar aos seus jurisdicionados a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Esse é o entendimento do Excelso Pretório:

*“EMENTA: I. Tribunal de Contas: competência: contratos administrativos (CF, art. 71, IX e §§ 1º e 2º). O Tribunal de Contas da União - **embora não tenha poder para anular ou sustar contratos administrativos** - tem competência, conforme o art. 71, IX, para **determinar à autoridade administrativa que promova a anulação do contrato e, se for o caso, da licitação de que se originou.**” (MS 23.550/DF, Rel. p/ o acórdão Min. SEPÚLVEDA PERTENCE) (grifo nosso)*

Reconhece, então, o egrégio Supremo Tribunal Federal (STF) que o Tribunal de Contas pode determinar ao administrador público que adote providências para a anulação de contrato. Sendo assim, tanto mais poderá a Corte de Contas estabelecer medidas em relação a atos decorrentes da contratação — no caso, a suspensão temporária dos pagamentos previstos no ajuste —, medida seguramente menos drástica que o desfazimento (sustação) do contrato.

Com o intuito de reforçar meu entendimento de que o Tribunal pode deliberar nos termos propostos, trago à tona recentes deliberações desta Corte de Contas determinando a suspensão cautelar da execução dos serviços e dos respectivos pagamentos.

No âmbito do Processo nº 7.137/10¹¹, mediante a Decisão nº 692/10, o Tribunal deliberou da seguinte forma:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da citada representação; II - **com fulcro nas disposições do artigo 113 da Lei nº 8.666/1993 e do artigo 198 do Regimento Interno deste Tribunal, determinar à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal que, “ad cautelam”, suspenda a execução do Contrato nº 7714, celebrado com a empresa NOTABILIS S/C COMUNICAÇÃO E MARKETING, com vigência prorrogada via o 1º Termo Aditivo***

¹¹ Representação nº 1/2010, formulada pelo Procurador do Ministério Público junto à Corte DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, acerca da prorrogação da celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 7714, firmado entre a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB e a empresa NOTABILIS S/C COMUNICAÇÃO E MARKETING.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Fls.: 119

Proc.:4227/10

Rubrica

publicado no DODF de 23.02.2010, bem como se abstenha de realizar pagamentos decorrentes do citado ajuste até ulterior deliberação do Tribunal; III - conceder à referida empresa pública o prazo de 10 (dez) dias, para que apresente as razões que entender cabíveis sobre as irregularidades apontadas na Representação nº 1/2010-DA, do Ministério Público junto à Corte, devendo explicitar quais os serviços que serão executados no período de vigência do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 7714; IV - fixar, ainda, o prazo de 10 (dez) dias à empresa NOTABILIS S/C COMUNICAÇÃO E MARKETING, para que apresente as razões que entender cabíveis sobre as irregularidades apontadas na Representação nº 1/2010-DA, do Ministério Público junto ao Tribunal; V - autorizar a devolução dos autos à 3ª Inspeção, determinando-lhe que confira prioridade à sua tramitação e realize imediatamente procedimento de inspeção na CAESB e onde mais for necessário, com vistas a apurar a correção dos pagamentos efetuados à conta do contrato em referência. A Conselheira MARLI VINHADELI seguiu o Relator, apresentando declaração de voto na forma do art. 71 do RI/TCDF. Impedido de participar do julgamento deste processo o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO.” (grifo nosso)

Mediante a Decisão nº 7.945/09, proferida por unanimidade no âmbito do Processo nº 23.647/08¹², esta Casa deferiu a cautelar requerida pelo Parquet, no sentido de “(...) determinar à Secretaria de Educação que, até ulterior deliberação desta Corte em sentido contrário, se abstenha de realizar pagamentos atinentes ao contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº 740/2008 - CECOM/SUPRI/SEPLAG, firmado com a empresa Info Educacional Ltda. (...)”.

No mesmo sentido o Tribunal de Contas da União (TCU) já adotou medida cautelar para suspender a execução de serviços e determinar a retenção de pagamentos, conforme se verifica no Acórdão nº 2468/2007 – TCU – Plenário, prolatado no bojo do Processo nº 017.267/2007-3¹³:

“VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento realizado em cumprimento ao Acórdão 307/2007-Plenário (Fiscobras 2007) nas obras de restauração da Rodovia BR-174/RR, que interliga as cidades de Manaus e Boa Vista à Venezuela, custeada com recursos pertencentes ao PT 26.782.0220.2834.0014,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, em:

9.1. com fundamento no art. 71, incisos VI e IX, da Constituição Federal de 1988, nos arts. 45 da Lei 8.443/1992 e 276 do Regimento Interno/TCU, determinar à Secretaria de Estado da Infra-estrutura de Roraima (Seinf/RR), em sede de medida

¹² Edital de Pregão Eletrônico nº 740/2008 - CECOM/SUPRI/SEPLAG/DF, objetivando a aquisição de tecnologia educacional nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, incluindo licenças perpétuas de uso de software e aulas multimídias, guias de orientação metodológica, capacitação para uso da tecnologia, suporte presencial e a distância.

¹³ FISCOBRAS 2007. OBRAS DE RESTAURAÇÃO NA BR-174 NO ESTADO DE RORAIMA. ÍNDICIOS DE UTILIZAÇÃO DE PROJETO BÁSICO INADEQUADO, DESCARACTERIZAÇÃO DO OBJETO LICITADO E DEFICIÊNCIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS. ADOÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR PARA SUSPENDER A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. AUDIÊNCIA. DETERMINAÇÕES.



cautelar, ante a existência de indícios, nos Lotes I e II da BR-174/RR, de má qualidade na execução dos serviços de aplicação de tratamento superficial duplo (TSD) e de reciclagem de base, evidenciados pelo surgimento de defeitos como trincas e panelas no pavimento, que adote providências imediatas no sentido de:

9.1.1. suspender a execução dos serviços objeto dos Contratos 060/2006 e 061/2006, na obra de revitalização da BR-174/RR, Lotes I e II, até que o Tribunal delibere a respeito da matéria;

9.1.2. efetuar o levantamento dos valores dos serviços necessários para corrigir os defeitos verificados nos serviços de TSD e de reciclagem de base realizados nos Lotes I e II da BR-174 (Contratos 060/2006 e 061/2006), retendo os valores equivalentes nos pagamentos ainda pendentes na data de comunicação da ordem de paralisação dos serviços até que o Tribunal delibere a respeito da matéria; (...) (grifos nossos)

Nessa mesma linha de raciocínio seguem os Tribunais Superiores. O Superior Tribunal de Justiça – STJ, nos autos RMS 26978/MT (2008/0118806-8), entendeu, em 16.06.09, que os Tribunais de Contas podem valer-se dos poderes implícitos às suas prerrogativas constitucionais, sendo necessárias e válidas as medidas cautelares, conforme se verifica na Ementa do respectivo Acórdão, transcrita a seguir:

“EMENTA

CONSTITUCIONAL - RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL – MEDIDA CAUTELAR DE SUSPENSÃO DE CONTRATOS - LEGALIDADE – INTERPRETAÇÃO PRINCÍPIOLÓGICA A PARTIR DA CF - PRINCÍPIO DA SIMETRIA DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL - PRERROGATIVAS DO TRIBUNAL DE CONTAS - FISCALIZAÇÃO – EFETIVIDADE DAS DECISÕES - PREVENÇÃO DE LESÃO AO ERÁRIO - VALIDADE DE MEDIDAS CAUTELARES.

(...)

2. Para dar efetividade às suas decisões e prevenir lesão ao erário, os Tribunais de Contas podem valer-se dos poderes implícitos às suas prerrogativas constitucionais. Assim, embora não expressamente previstas, são necessárias e válidas as medidas cautelares (Precedentes do STF: MS 23550, e MS 24510).

3. O Tribunal de Contas Estadual agiu, em caráter acautelatório, de acordo com a Constituição Federal (art. 71, IX) e a Constituição Estadual (art. 47, X), ao assinar prazo para que o Executivo (Secretaria de Estado de Saúde) adotasse as providências necessárias ao cumprimento da lei, diante de indícios de ilegalidade.”

Nesse mesmo sentido entendeu o Supremo Tribunal Federal – STF. Em 23.05.07, tendo por base o voto do nobre Ministro Celso de Mello, no MS 26547, o STF reconheceu assistir ao Tribunal de Contas o poder geral de cautela ora em discussão, conforme se verifica na seguinte ementa:

“EMENTA: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **PODER GERAL DE CAUTELA. LEGITIMIDADE. DOCTRINA DOS PODERES**



IMPLÍCITOS. PRECEDENTE (STF). CONSEQÜENTE POSSIBILIDADE DE O TRIBUNAL DE CONTAS EXPEDIR PROVIMENTOS CAUTELARES, MESMO SEM AUDIÊNCIA DA PARTE CONTRÁRIA, DESDE QUE MEDIANTE DECISÃO FUNDAMENTADA. DELIBERAÇÃO DO TCU, QUE, AO DEFERIR A MEDIDA CAUTELAR, JUSTIFICOU, EXTENSAMENTE, A OUTORGA DESSE PROVIMENTO DE URGÊNCIA. PREOCUPAÇÃO DA CORTE DE CONTAS EM ATENDER, COM TAL CONDUTA, A EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL PERTINENTE À NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES ESTATAIS. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO EM CUJO ÂMBITO TERIAM SIDO OBSERVADAS AS GARANTIAS INERENTES À CLÁUSULA CONSTITUCIONAL DO “DUE PROCESS OF LAW”. DELIBERAÇÃO FINAL DO TCU QUE SE LIMITOU A DETERMINAR, AO DIRETOR-PRESIDENTE DA CODEBA (SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA), A INVALIDAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DO CONTRATO CELEBRADO COM A EMPRESA A QUEM SE ADJUDICOU O OBJETO DA LICITAÇÃO. INTELIGÊNCIA DA NORMA INSCRITA NO ART. 71, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO. APARENTE OBSERVÂNCIA, PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, NO CASO EM EXAME, DO PRECEDENTE QUE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FIRMOU A RESPEITO DO SENTIDO E DO ALCANCE DESSE PRECEITO CONSTITUCIONAL (MS 23.550/DF, REL. P/ ACÓRDÃO O MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE). INVIABILIDADE DA CONCESSÃO, NO CASO, DA MEDIDA LIMINAR PRETENDIDA, EIS QUE NÃO ATENDIDOS, CUMULATIVAMENTE, OS PRESSUPOSTOS LEGITIMADORES DE SEU DEFERIMENTO. MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA.”

Esse entendimento do STF não é recente. Em 19.11.03, quando do julgamento do MS 24.510/DF, que teve como Relatora a ilustre Ministra Ellen Gracie, o Supremo considerou que o TCU possui legitimidade para expedir medidas cautelares para prevenir lesão ao erário, conforme visualizado na ementa transcrita em seguida:

“PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. IMPUGNAÇÃO. COMPETÊNCIA DO TCU. CAUTELARES. CONTRADITÓRIO. AUSÊNCIA DE INSTRUÇÃO. 1- Os participantes de licitação têm direito à fiel observância do procedimento estabelecido na lei e podem impugná-lo administrativa ou judicialmente. Preliminar de ilegitimidade ativa rejeitada. 2- Inexistência de direito líquido e certo. **O Tribunal de Contas da União tem competência para fiscalizar procedimentos de licitação, determinar suspensão cautelar (artigos 4º e 113, § 1º e 2º da Lei nº 8.666/93), examinar editais de licitação publicados e, nos termos do art. 276 do seu Regimento Interno, possui legitimidade para a expedição de medidas cautelares para prevenir lesão ao erário e garantir a efetividade de suas decisões).** 3- A decisão encontra-se fundamentada nos documentos acostados aos autos da Representação e na legislação aplicável. 4- Violação ao contraditório e falta de instrução não caracterizadas. Denegada a ordem.” (grifo nosso)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Fls.: 122

Proc.:4227/10

Rubrica

No âmbito do MS 23.550/DF, o STF também entendeu, em 04.04.01, que *“o Tribunal de Contas da União - embora não tenha poder para anular ou sustar contratos administrativos - tem competência, conforme o art. 71, IX, para determinar à autoridade administrativa que promova a anulação do contrato e, se for o caso, da licitação de que se originou.”*

Esclarecida a sugestão quanto à medida cautelar a ser expedida ao Administrador Regional de Águas Claras, tenho ser necessária também a adoção de algumas ações, tanto por parte da Administração como do órgão instrutivo deste Tribunal, a fim de embasar posterior deliberação plenária.

A RA XX deverá informar ao Tribunal, anexando a documentação comprobatória, sobre a situação atualizada de todos os contratos firmados em decorrência dos Convites nºs 01/2009 a 07/2009 e da Tomada de Preços nº 01/2009, especificando, no mínimo:

- a) acerca da execução dos serviços, os quantitativos executados e contratados de cada serviço pactuado, bem como seus preços unitários (pactuados e estimados pela Administração), discriminados em planilha de medição devidamente atualizada até o momento da suspensão cautelar expedida;
- b) os pagamentos já realizados às contratadas, informando as respectivas Notas Fiscais e Ordens Bancárias bem como os documentos fiscais encaminhados pelas contratadas que ainda estejam pendentes de quitação.

A Inspeção responsável pela instrução destes autos deverá, com base nas informações disponibilizadas pela jurisdicionada, avaliar, para cada contrato firmado, se os serviços realizados foram executados com a qualidade devida, segundo o objeto estabelecido, e se os preços pactuados apresentam ou não superfaturamento.

Além disso, deverão ser indicadas as medidas cabíveis para saneamento das irregularidades que venham a ser verificadas, em especial, a possibilidade de repactuação do ajuste no sentido de adequar os custos unitários aos valores máximos estimados pela Administração, bem como os valores a serem glosados nos pagamentos futuros, se for o caso. Para tal, o corpo técnico poderá valer-se de inspeção, sendo autorizado, desde já, a solicitar o fornecimento de outras informações que julgar necessárias à RA XX, para cumprimento da diligência ora determinada.

Por fim, em homenagem ao princípio do devido processo legal, entendo que deve ser dado conhecimento às empresas envolvidas acerca da deliberação da Corte, para, querendo, manifestarem-se.

Assim sendo, VOTO no sentido de que este egrégio Plenário:

- I – tome conhecimento da Informação nº 46/10, em atendimento ao item II da Decisão nº 266/10;
- II – determine ao Administrador Regional de Águas Claras:



- a) com fulcro no art. 198 do Regimento Interno do TCDF, que se abstenha, até deliberação ulterior desta Corte, de realizar qualquer pagamento que ainda esteja pendente, bem como suspenda a execução dos serviços contratados que não tenham sido finalizados, relativos aos seguintes procedimentos licitatórios realizados pela jurisdicionada:
1. Convite nº 01/2009 (Processo nº 300.000.706/09);
 2. Convite nº 02/2009 (Processo nº 300.000.707/09);
 3. Convite nº 03/2009 (Processo nº 300.000.709/09);
 4. Convite nº 04/2009 (Processo nº 300.000.708/09);
 5. Convite nº 05/2009 (Processo nº 300.000.710/09);
 6. Convite nº 06/2009 (Processo nº 300.000.711/09);
 7. Convite nº 07/2009 (Processo nº 300.000.713/09);
 8. Tomada de Preços nº 01/2009 (Processo nº 300.000.354/09);
- b) que encaminhe ao Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, informações sobre a situação atualizada de todos os contratos firmados em decorrência das licitações relacionadas no item precedente, especificando, no mínimo, as seguintes informações, que deverão vir acompanhadas da respectiva documentação comprobatória:
1. acerca da execução dos serviços, os quantitativos executados e contratados de cada serviço pactuado, bem como seus preços unitários (pactuados e estimados pela Administração), discriminados em planilha de medição devidamente atualizada até o momento da suspensão cautelar expedida;
 2. os pagamentos já realizados às contratadas, informando as respectivas Notas Fiscais e Ordens Bancárias bem como os documentos fiscais encaminhados pelas contratadas que ainda estejam pendentes de quitação;

III – determine:

- a) à Corregedoria-Geral do DF que promova a audiência das empresas listadas no parágrafo 30 da Instrução, ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 87 c/c o art. 88, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93, informando ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca do resultado das providências adotadas;



- b) a audiência dos servidores nomeados nos parágrafos 34 e 35 da Informação, para que apresentem justificativas, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca das irregularidades verificadas nos autos, uma vez que estão sujeitos às sanções previstas nos arts. 57, inciso II, e 60 da Lei Complementar nº 01/94 c/c o arts. 182, inciso I, e 183 do Regimento Interno do TCDF;
- IV – ofereça às empresas indicadas no parágrafo 30 da Informação nº 46/2010 (fl. 67) oportunidade de se manifestarem;
- V – oriente a 1ª ICE no sentido de instruir estes autos com a urgência que o caso requer, tendo por base as informações a serem disponibilizadas pela jurisdicionada, avaliando, para cada contrato firmado:
- a) se os serviços realizados foram executados com a qualidade devida, segundo o objeto pactuado e se os preços firmados apresentam ou não superfaturamento;
 - b) as medidas cabíveis para saneamento das irregularidades que venham a ser verificadas, em especial, a possibilidade de repactuação do ajuste, no sentido de adequar os custos unitários aos valores máximos estimados pela Administração, bem como os valores a serem glosados nos pagamentos futuros, se for o caso;
- VI – autorize:
- a) o envio de cópias da Informação de fls. 60/71, dos documentos de fls. 24/59 e deste Voto de Vista à Administração Regional de Águas Claras, à Secretaria de Estado de Governo — órgão ao qual se encontram vinculadas as RAs — e à Corregedoria-Geral do DF para subsidiar o cumprimento da decisão que vier a ser proferida, ante a prerrogativa inserta no art. 87, § 3º, da Lei nº 8.666/93, em face da possibilidade de aplicação da medida prevista no art. 87, inciso IV, do mencionado diploma legal;
 - b) a remessa de cópia dos autos, por intermédio do *Parquet* que atua junto a este Tribunal, ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em razão do disposto no art. 185 do Regimento Interno do TCDF;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Fls.: 125

Proc.:4227/10

Rubrica

- c) o retorno dos autos à 1ª ICE, para cumprimento da diligência contida no item V precedente, autorizando, desde logo, a realização de inspeção na Região Administrativa de Águas Claras – RA XX.

Sala das Sessões, 8 de junho de 2010.

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro